

A Amazônia na ordem do dia 27

Aluizio Bezerra

O nosso País está tendo a honra de sediar, nestes dias, a V Assembléia do Parlamento Amazônico. Durante quatro dias, parlamentares dos oito países ambientalmente unidos pelo ecossistema amazônico estarão reunidos em Brasília. A preocupação é a de discutir as questões que mais preocupam nossos povos no âmbito amazônico. E, em especial, passar a limpo os resultados concretos da Eco-92 em termos das questões amazônicas.

Do Brasil à Venezuela, passando pela Bolívia, Colômbia, Guiana, Suriname, Peru e Equador, somos um grupo de nações vizinhas, a cada dia mais conscientes de que ou nos unimos em torno das mais prementes questões do desenvolvimento regional, da grande dívida social amazônica, ou terminaremos com a nossa Amazônia recolonizada. Subjugada pelos interesses mundiais que controlam a biotecnologia, por exemplo.

A área verde menos tocada pelo homem no mundo, a grande província mineral, natural e biológica do planeta, é soberanamente nossa, politicamente nos pertence, não é isso que está em questão. Mas qual é a dúvida de que em meio a tamanha riqueza — somos cada vez mais espectadores de um processo de crescente degradação social?

Qual é a dúvida de que as perspectivas de um desenvolvimento autosustentável, social e ambientalmente correto, tão discutido na Eco-92, nunca esteve tão distante de nós? Os povos da floresta, os povos da periferia das cidades amazônicas, de todas as nações amazônicas, continuam sendo os mais isolados em cada país. Continuam basicamente sem cidadania. É como se não fossem prioridade de nada: por mais que se discuta meio ambiente, a família trabalhadora — seringueira, por exemplo — continua sendo a grande ausente ambiental. Clandestina e deserdada em relação ao progresso.

A V Assembléia do Parlamento Amazônico parte dessa preocupação. E tem, como uma de suas grandes metas, a articulação orgânica regional, a mais plena articulação, entre executivos e legislativos regionais, para um esforço integratório comum. Queremos uma ativa e produtiva coordenação de esforços entre o Parlamento Amazônico e o Tratado de Cooperação Amazônica, este representando diretamente os governos dos oito países amazônicos.

A tomada de consciência é antiga: só pela união, cada um dos nossos países poderá ter mais peso. E reforçar sua soberania. Na base do cada um por si, a pressão externa, que vem do chamado Primeiro Mundo, é sempre, politicamente, mais forte. Todos os dias temos provas de que a pressão internacional, sobretudo dos grandes monopólios industriais e financeiros, é constante, é patente. Desde a dívida externa, as relações desiguais de troca comercial, as protecionismos de mão-única, as posições monopolísticas, até as presentes ameaças de retaliação comercial do presidente Clinton, é um processo global de pressão. Estrutural.

E, de tudo isso, desprende-se uma coisa fundamental: se a questão amazônica não for colocada como ponto prioritário nas nossas políticas externas, vamos perder o bonde da história. A pressão dos Estados Unidos por leis de patentes que colocam nossas nações, nossa biodiversidade, na condição de almoxarifado para usufruto a fundo perdido dos grandes laboratórios internacionais aponta nesse sentido. Esta será, aliás, uma das questões candentes da nossa Assembléia.

Na última etapa, nosso mais recente despertar, como bloco de nações amazônicas, foi no sentido de uma tomada de consciência da importância e da premência de uma política de exploração racional dos nossos recursos não-renováveis. Além da consciência de que nossa origem comum, nossa identidade cultural e social, tem que ser um

instrumento de união, de convergência. Daí que surgiu, também, a preocupação por uma universidade comum, a Universidade PanAmazônica, catalisadora da técnica e da tecnologia regional.

E não haja dúvida de que, em meio a essa nova ordem internacional, montada em cima de blocos, e onde os velhos mecanismos neo-coloniais voltam com força redobrada, nossa aspiração integratória tem um sentido muito claro. Muito óbvio. Que é o sentido da resistência, da sobrevivência, da inserção internacional mais bem-sucedida. Da priorização dos nossos mercados internos. Não há outra opção.

Por outro lado, nossa grande tomada de consciência vem noutro sentido, deve ter um grande sentido de fundo: que é a clareza sobre a crise de esgotamento do velho modelo econômico. Do velho modelo democrático elitista. Na América Latina, a democracia se foi, a democracia voltou, mas, se existe uma coisa que nossos povos estão sentindo cada dia mais na própria pele, é que o velho modelo da democracia que exclui, da democracia política que socialmente segrega, socialmente exclui, não tem a menor perspectiva. Traz embutida uma contradição insanável.

Essa é uma das razões pelas quais a V Assembléia do Parlamento Amazônico se propõe a uma pauta de discussões — desde a necessidade de uma política científica e de cooperação técnica, da mais plena e racional utilização dos recursos naturais, do zoneamento econômico-ecológico, de uma legislação ambiental comum, até as propostas, todo tipo de propostas, que apontem em direção a um desenvolvimento alternativo. À superação de modelos esgotados. Esses são os objetivos maiores desse encontro magno dos parlamentares das oito nações unidas “Parlamento Amazônico” e “Tratado de Cooperação Amazônica”.

■ Aluizio Bezerra é senador pelo PMDB do Acre